

ORA newsletter

Nº 40 - Maio/2010
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Abril de 2010	1
Informação no Crédito à Habitação e no Crédito Conexo: Novos Deveres	2
IAS/IFRS – Recentes Alterações: Instrumentos Financeiros	6
Revisores e Auditores	9

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – ABRIL DE 2010

Ministério da Educação – Decreto-Lei n.º 29/2010, de 1 de Abril - Prorroga até 31 de Dezembro de 2010 a aplicação das medidas excepcionais de contratação pública, permitindo a adopção do procedimento de ajuste directo para a celebração de contratos de empreitada de obras públicas, de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, no âmbito da prossecução do objecto da Parque Escolar, E. P. E., alterando o Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro.

Assembleia da República - Resolução da Assembleia da República n.º 29/2010, de 12 de Abril - Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013.

Instituto de Seguros de Portugal – Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 13 de Abril - Estabelece a informação que deve ser divulgada sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das empresas de seguros e resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões.

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Regulamento da CMVM n.º 3/2010, de 15 de Abril - Deveres de conduta e qualificação profissional dos analistas financeiros e consultores para investimento (alteração ao Regulamento da CMVM n.º 2/2007).

Ministério das Finanças e da Administração Pública - Despacho n.º 6670/2010, de 15 de Abril - Emissão de papel comercial a realizar pelo BPN - Banco Português de Negócios, S. A., até ao montante de 1 000 milhões de euros.

Banco de Portugal – Aviso n.º 3/2010, de 16 de Abril - Define o novo regime de contribuições para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo por parte da Caixa Central e das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo pertencentes ao Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

ORA newsletter

Nº 40 - Maio/2010
(circulação limitada)

Banco de Portugal – Aviso n.º 2/2010, de 16 de Abril - Estabelece os deveres mínimos de informação que devem ser observados pelas instituições de crédito, com sede ou sucursal em território nacional, na negociação, celebração e vigência de contratos de crédito à habitação e de crédito conexo. Revoga a instrução n.º 27/2003, do Banco de Portugal.

Ministério da Justiça – Portaria nº 229/2010, de 23 de Abril - Determina o alargamento da competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações a várias conservatórias, no âmbito da “Associação na Hora”.

Assembleia da República - Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril - Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária. O Estado e demais entidades públicas, incluindo as Regiões Autónomas e as autarquias locais, estão obrigados ao pagamento de juros moratórios pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária, independentemente da sua fonte, aplicando-se a taxa de juro referida no nº 2 do artigo 806º do Código Civil (quando outra disposição legal não determinar a aplicação de taxa diversa). O atrás referido não é aplicável à administração fiscal, no contexto das relações tributárias, que se regem por legislação própria.

Assembleia da República - Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril – Aprovação do Orçamento do Estado para o ano de 2010.

INFORMAÇÃO NO CRÉDITO À HABITAÇÃO E NO CRÉDITO CONEXO – NOVOS DEVERES DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O Banco de Portugal publicou o Aviso n.º 2/2010, de 16 de Abril e divulgou na mesma data a Instrução n.º 10/2010 com o objectivo de harmonizar e reforçar os deveres de informação das instituições de crédito nos contratos de crédito à habitação. Estes deveres estendem-se desde a fase de prospecção e negociação do empréstimo à da celebração do contrato e ao período de vigência do empréstimo.

Os mesmos deveres passam também a ter de ser cumpridos pelas instituições de crédito nos contratos conexos, integrados no regime do crédito à habitação com a publicação do Decreto-Lei n.º 192/2009, de 17 de Agosto. Estes contratos, vulgarmente conhecidos por “multi-usos” ou “multi-opções”, são garantidos por hipoteca que incide, total ou parcialmente, sobre um imóvel, que simultaneamente serve de garantia a um contrato de crédito à habitação celebrado com a mesma instituição de crédito.

O Aviso agora publicado estabelece deveres mínimos de informação, dos quais destacamos:

- Entrega de uma Ficha de Informação Normalizada (FIN) logo no momento da simulação do crédito.

2/9

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 40 - Maio/2010
(circulação limitada)

- Entrega da minuta do contrato a celebrar no momento em que seja comunicada a aprovação do empréstimo.
- Envio de extracto mensal com um conjunto de informação que permita ao cliente acompanhar a evolução do seu empréstimo.

Ficha de Informação Normalizada (FIN)

As instituições de crédito passam a ter que disponibilizar uma ficha de informação normalizada elaborada com base nos elementos informativos prestados pelos clientes, aquando do pedido de simulação das condições de empréstimo à habitação. As instituições de crédito só estavam obrigadas a disponibilizar esta ficha no momento em que o empréstimo à habitação era aprovado (Instrução n.º 27/2003). Com o novo Aviso, a FIN passa a ser obrigatória nas duas datas.

A FIN a disponibilizar vem definida no Anexo I da Instrução n.º 10/2010, a qual permite aos clientes bancários ter acesso a uma informação em formato único e normalizado possibilitando uma mais fácil e correcta comparação das diferentes opções de financiamento.

A FIN é composta por duas partes:

- Parte I – são apresentadas nesta parte as condições financeiras do crédito (à habitação / conexo), nomeadamente, o seu montante, prazo e modalidade de reembolso, seguros exigidos, características das garantias exigidas e as condições para o seu reembolso antecipado, além da caracterização dos seus custos, em termos de taxa de juro e comissões, de eventuais condições promocionais e/ou de vendas associadas facultativas que interfiram com o cálculo da TAE¹ e TAER².
- Parte II – apresenta-se o plano financeiro do empréstimo e os planos financeiros do empréstimo com acréscimo de um e dois pontos percentuais, no caso dos créditos a taxa de juro variável, mantendo-se a obrigação das instituições de crédito apresentarem ao cliente o impacto de eventuais subidas de taxa de juro dos empréstimos em regime variável, tal como previsto na Instrução n.º 27/2003.

Os novos diplomas introduzem a obrigatoriedade de apresentação de um plano financeiro de empréstimo padrão³. Os objectivos deste tipo de empréstimo são: (i) servir como referencial para comparação das diferentes alternativas de financiamento apresentadas ao cliente, dentro e fora da mesma instituição de crédito; e, (ii) permitir ao cliente ponderar a aquisição de outros

¹ TAE é a taxa anual efectiva, calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 220/94, de 23 Agosto.

² TAER é a taxa anual efectiva revista, calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 220/94, de 23 de Agosto, e no artigo 9º do Decreto-Lei n.º 51/2007, de 7 de Março.

³ Empréstimo padrão é o empréstimo comercializado numa base regular, que configura, face a opções de financiamento alternativas, a modalidade mais simples, com taxa de juro variável indexada à Euribor, à qual acresce o *spread* base atribuído ao cliente, reembolsado, desde o início, em prestações constantes de capital e juros.

ORA newsletter

Nº 40 - Maio/2010
(circulação limitada)

produtos, em associação com o crédito à habitação, avaliando o respectivo impacto no custo total e no perfil de reembolsos.

Adicionalmente, podem ser apresentados aos clientes, a pedido destes, planos financeiros de empréstimos com carência ou diferimento de capital com reembolso, desde o início, em prestações constantes de capital e juros.

A elaboração e entrega destes planos financeiros permitirão aos clientes comparar os encargos totais envolvidos nos diferentes tipos de empréstimos atrás mencionados.

Minuta do contrato a celebrar

No momento da comunicação da aprovação do empréstimo, as instituições de crédito devem entregar aos clientes a minuta do contrato a celebrar, juntamente com a FIN. Esta minuta vai possibilitar aos clientes uma leitura prévia do compromisso financeiro que irão assumir permitindo-lhes uma avaliação adequada do documento.

O contrato de empréstimo⁴ terá que especificar (entre outros) os seguintes elementos financeiros:

- Cláusulas relativas ao regime da taxa de juro;
- Indicação da TAN⁵ e dos *spreads* base e contratado, se aplicável;
- Modalidade de reembolso;
- Regime e valor das prestações;
- Condições susceptíveis de afectar o valor da TAE e TAER, como por exemplo produtos e serviços financeiros adquiridos pelo cliente (designado por vendas associadas facultativas na FIN) e condições promocionais.
- Garantias exigidas;
- Comissões aplicáveis;
- Encargos devidos por incumprimento do contrato.

Extracto mensal

As instituições de crédito passam a ter que enviar mensalmente um extracto com um conjunto de informação que permita ao cliente acompanhar a evolução do seu empréstimo.

Destacamos do extracto mensal⁶ a enviar aos clientes os seguintes aspectos:

- Montante do capital em dívida à data da emissão do extracto;
- Número e data de vencimento da prestação subsequente;
- Montante da prestação subsequente;

⁴ Ver artigo 6º do Aviso n.º 2/2010.

⁵ TAN é a taxa de juro anual nominal.

⁶ Ver artigo 7º do Aviso n.º 2/2010.

ORA newsletter

Nº 40 - Maio/2010
(circulação limitada)

- TAN aplicável à prestação subsequente;
- Identificação e montante de eventuais comissões e despesas a pagar pelo cliente na data de vencimento da prestação subsequente;
- Indicação do escalão e montante de bonificação de juro aplicável à prestação subsequente, no caso de contrato de crédito à habitação enquadrado no regime de crédito bonificado.

O dever de prestação de informação periódica durante a vigência do contrato

Além destas informações, as instituições de crédito passam a ter que comunicar com uma antecedência mínima de 15 dias relativamente à data de vencimento da prestação subsequente, as alterações à taxa de juro aplicáveis ao empréstimo, informando os clientes do número, data de vencimento e montante da prestação subsequente a essa alteração, bem como, a TAN aplicável.

Caso, a instituição de crédito, tenha o direito de modificar por sua iniciativa – situação que tem de ser prevista no contrato de empréstimo – as condições contratuais, que não resultem de alterações da taxa de juro contratualmente prevista, com reflexo no valor da prestação, deve comunicar aos clientes com uma antecedência mínima de 30 dias.

Entrada em vigor

Por último, salienta-se que os novos diplomas entram em vigor no dia 1 de Novembro de 2010, sendo revogada, nesta data, a Instrução n.º 27/2003.

- Bruno Reis -

Bibliografia:

- Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2010, de 16 de Abril.
- Instrução n.º 10/2010, divulgada a 16 de Abril.

IAS / IFRS – RECENTES ALTERAÇÕES: INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Abordaremos neste tema algumas alterações ou clarificações introduzidas recentemente nas Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (IAS/IFRS), em termos dos instrumentos financeiros, as quais já se encontram adoptadas pela União Europeia, com excepção da Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 9. Na próxima Newsletter apresentaremos alterações ou clarificações ocorridas noutras IAS/IFRS.

Instrumentos Financeiros

Salientam-se as seguintes clarificações e/ou alterações efectuadas nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) 32 e 39 e IFRS 7:

- Nas situações em que as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) 27, 28 e 31 permitem reconhecer interesses em subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas de acordo com a IAS 39, a entidade deve cumprir os requisitos da IAS 32 e da IFRS 7, assim como deve cumprir os requisitos da IFRS 7 relativamente a todos os derivados associados a interesses em subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas, excepto se o derivado cumprir a definição de instrumento de capital próprio conforme IAS 32.
- Os instrumentos financeiros que forem emitidos numa base *pro rata* face aos accionistas existentes por um montante fixo em numerário, deverão ser classificados como capital próprio, ainda que o seu preço de exercício seja denominado numa moeda diferente da moeda funcional da entidade.
- Se a entidade não mensurar separadamente o derivado embutido quer à data de aquisição, quer no fim do período de relato seguinte, deve designar todo o instrumento ao justo valor por resultados. A reclassificação da categoria de justo valor por resultados para outra categoria é proibida se a entidade não estiver em condições de mensurar separadamente o derivado embutido à data da eventual reclassificação.
- Na contabilidade de cobertura o risco coberto numa cobertura de fluxos de caixa apenas inclui as perdas de fluxos de caixa resultantes de um aumento de preço acima do nível previamente especificado (o risco coberto não inclui o valor temporal). Na designação de itens financeiros como itens cobertos a inflação não é, em princípio, separadamente identificável e fiavelmente mensurável, pelo que não pode ser designada como um risco ou porção de instrumentos financeiros.
- Reconhecem-se como ajustamentos de reclassificação as transferências para lucros ou prejuízos de variações de justos valores de derivados usados para coberturas de fluxos de caixa e registadas directamente nos capitais próprios.
- Devem ser reclassificados de passivos para o capital próprio: (i) as opções de venda sobre uma parte dos activos líquidos da entidade que sejam subordinadas a todas as outras classes de instrumentos e sejam exercíveis em caso de liquidação; e (ii) outros

ORA newsletter

Nº 40 - Maio/2010
(circulação limitada)

instrumentos subordinados a todas as outras classes de instrumentos que impõem à entidade a obrigação de entrega de parte dos seus activos líquidos na liquidação.

- Uma entidade (i) não deve reclassificar um derivado, retirando-o da categoria de justo valor através de resultados, enquanto estiver detido ou emitido; (ii) não deve reclassificar um instrumento financeiro, retirando-o da categoria de justo valor através de resultados se, aquando do reconhecimento inicial, tiver sido designado pela entidade como pertencente à categoria de justo valor através de resultados; e (iii) pode reclassificar um activo financeiro que já não seja detido para venda ou recompra a curto prazo, retirando-o da categoria de justo valor através de resultados. Caso proceda a esta última reclassificação, os resultados já reconhecidos não devem ser revertidos e o justo valor do activo à data de reclassificação passa a ser o custo ou custo amortizado.
- Uma entidade deve divulgar a seguinte informação sobre a reclassificação: (i) quantia que entrou e saiu de cada categoria; (ii) valores contabilísticos e justos valores de todos os activos financeiros reclassificados; (iii) ganho ou perda no justo valor de activo financeiro em resultados (período de relato e período anterior); (iv) ganho ou perda no justo valor que teria sido reconhecido em resultados caso não se tivesse verificado a reclassificação (períodos seguintes ao da reclassificação); e (v) taxa de juro efectiva e valores estimados de fluxos de caixa que a entidade espera recuperar à data de reclassificação.
- Devem ser divulgados os métodos de cálculo do justo valor e variações nos justos valores seguindo a seguinte hierarquia: (i) preços cotados; (ii) outros *inputs* que não sejam os preços cotados mas que sejam observáveis; e (iii) *inputs* não observáveis.
- Nos empréstimos obtidos os juros devem ser calculados aplicando-se o método da taxa de juro efectiva como descrita na IAS 39.

Já se encontra concluída a Fase 1 no projecto de substituição da IAS 39, entrando a IFRS 9 em vigor no IASB em 1 de Janeiro de 2013, no entanto esta norma ainda não foi adoptada pela UE. A IFRS 9 aplica-se apenas na classificação e mensuração de activos financeiros, continuando a classificação e mensuração de passivos financeiros a ser efectuada pela IAS 39. Apresentamos no quadro seguinte as principais diferenças entre os dois normativos.

IAS 39	IFRS 9
Classificação e mensuração de activos financeiros	
4 classes, cada uma com critérios de classificação e regras de mensuração. Os critérios resultam da combinação da natureza do instrumento, a forma como é usado e as opções da empresa. Obrigatoriedade de reclassificação para justo valor por resultados de todos os activos financeiros reconhecidos como detidos até à maturidade em caso de venda de uma parte não insignificante desses activos antes do final da data de maturidade.	2 categorias de mensuração, classificação baseada no tipo de gestão exercida sobre o instrumento e nas características do contrato quanto à geração de fluxos de caixa. Mensuração ao custo amortizado ou justo valor.

7/9

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 40 - Maio/2010
(circulação limitada)

Imparidade de activos financeiros	
Além dos activos financeiros medidos ao custo amortizado, também os medidos ao justo valor por capital próprio são objecto de perdas de imparidade. Existem diferentes modelos. Algumas imparidades não são revertíveis.	Os únicos activos objecto de imparidade são os activos medidos ao custo amortizado. Todas as imparidades são revertíveis.
Derivados embutidos	
Alguns contratos híbridos (com derivados embutidos) são reconhecidos ao justo valor por resultados na sua totalidade e outros são separados em componentes, uma mensurada ao justo valor e outra como custo amortizado. É ainda possível quanto a determinados contratos que a gestão opte pelo reconhecimento em componentes ou não.	Um contrato híbrido baseado num activo financeiro não é separado e é classificado de acordo com o critério que se aplica ao todo. Mantém-se o tratamento da IAS 39 para passivos financeiros ou instrumentos não financeiros com derivados implícitos.
Justo valor por capital próprio	
Não inclui a opção de classificação como ao justo valor por capital próprio para os instrumentos de capital próprio considerados estratégicos.	Cumprindo-se o critério, a entidade pode optar, no reconhecimento inicial, por reconhecer todas as variações no justo valor de instrumentos estratégicos no capital próprio. Os dividendos recebidos são reconhecidos no capital próprio. Não é permitida a reclassificação de ganhos e perdas entre o capital próprio e resultados.
Instrumentos de capital próprio não cotados	
Reconhecimento de instrumentos de capital próprio não cotados (e derivados ligados com liquidação física) ao custo quando o justo valor não pode ser medido com razoabilidade.	Todos os instrumentos de capital próprio são medidos ao justo valor. A norma inclui a forma de identificar as circunstâncias em que o custo corresponde ao justo valor.

- Cláudia Reis -

Bibliografia

- Norma Internacional de Contabilidade 23 - Custos de Empréstimos Obtidos
- Norma Internacional de Contabilidade 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação
- Norma Internacional de Contabilidade 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- Norma Internacional de Relato Financeiro 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações
- Norma Internacional de Relato Financeiro 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

ORA newsletter

Nº 40 - Maio/2010
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou o nº 48 da sua revista trimestral (Janeiro a Março de 2010).

Salientamos pelo seu interesse as seguintes matérias/artigos:

- i) **Aplicação das ISA numa Auditoria a uma PME** – A aplicação das Normas Internacionais de Auditoria (ISA) no espaço comunitário será uma realidade em breve. Este artigo aborda as orientações para uma auditoria a uma Pequena e Média Empresa e reflecte sobre a prova de auditoria necessária face às ISA.
- ii) **Documentação de Auditoria: Requisitos e Importância na Melhoria da Qualidade das Auditorias** – A documentação de auditoria permite ao auditor demonstrar que reuniu prova de auditoria suficiente e apropriada sobre as asserções das demonstrações financeiras para a emissão do seu relatório e que a mesma foi efectuada de acordo com as normas de auditoria, requisitos legais e regulamentos aplicáveis.
- iii) **Contratos de Concessão (IFRIC 12)** – Esta IFRIC proporciona uma nova abordagem em determinados assuntos relacionados com o reconhecimento e valorização de contratos de concessão.
- iv) **Fusões Fiscalmente Neutras entre Sociedades Detidas pelo mesmo Sócio** – Este artigo assenta na discussão da amplitude das alterações ao Código do IRC, a vigorar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010, no que se refere aos pressupostos e requisitos para a aplicabilidade do regime de neutralidade fiscal.